



A Esquerda que faz a diferença na resposta à crise – Moção A

1) UMA COORDENADORA CONCELHIA PARA O TRABALHO POLÍTICO E DE ORGANIZAÇÃO

O mandato que termina foi um dos mais desafiantes da coordenadora concelhia de Lisboa do Bloco de Esquerda. Vinda da eleição de um vereador para a Câmara Municipal e de quatro deputados municipais, coube à concelhia organizar o debate político interno e a militância no concelho sobre as grandes questões da capital. Coube também à coordenadora concelhia a transição política do vereador do Bloco de Esquerda na Câmara de Lisboa dando o seu voto de confiança a Manuel Grilo, professor, sindicalista e membro do Conselho Nacional de Educação, que deu provas de estar preparado para assumir as competências da Educação e dos Direitos Sociais da capital. Assinalamos ainda, com enorme pesar, o falecimento da camarada Carmo Bica, que pertencia à coordenadora concelhia e ao seu secretariado e que era uma ativista pelas questões do Direito à Cidade e da agricultura.

A coordenadora concelhia manteve um sistema de funcionamento aberto, com reuniões mensais, reuniões abertas bimensais e plenários concelhios a cada três meses. Essa experiência de funcionamento permitiu a aproximação de muitas e muitos camaradas e deve ser mantido no próximo mandato.

A coordenadora concelhia deu passos importantes na definição do programa político do Bloco em Lisboa, pondo a debate resoluções sobre a descentralização administrativa, a expansão da rede do metropolitano, o estacionamento na cidade de Lisboa, as empresas públicas municipais, o alojamento local e a crise na habitação, sobre as soluções para o Martim Moniz, a Praça de Espanha ou sobre a Operação Integrada de Entrecampos. A coordenadora concelhia organizou ainda umas Jornadas Autárquicas dedicadas a discutir as questões da habitação, da violência e do racismo institucional e do tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Estivemos onde tínhamos de estar, nas lutas sociais da cidade, nas marchas LGBTQI+, na luta anti racista, nos movimentos de migrantes, nos debates pela cultura, na oposição à concessão do Teatro Maria Matos, nas condições do Arquivo Municipal, com os moradores que resistiram à gentrificação, como as moradoras dos Lagares ou os comerciantes da Rua de São Lázaro, com os inquilinos despejados por senhorios sem lei ou da habitação municipal, com as lojas históricas ameaçadas pelos grandes projetos imobiliários, pela defesa do espaço público, por Adamastor sem grades e um Martim Moniz para todas as pessoas. Pelo Direito à Cidade.

2) O BLOCO FAZ A DIFERENÇA NA AUTARQUIA DE LISBOA E NA RESPOSTA À CRISE DA COVID-19

Em três anos de mandato, o Bloco foi a Esquerda que fez a diferença em todos os órgãos. O Bloco soube manter a sua independência e cumprir o seu mandato executivo, com políticas locais de esquerda e sentido crítico face a erros e insuficiências da política do Partido Socialista.

O fim de uma década de maiorias absolutas do PS criou condições para um acordo com o Bloco para responder aos grandes problemas da cidade. Os militantes de Lisboa aceitaram esse desafio e o mandato prova, em muitas áreas, a diferença que o Bloco faz. No entanto, em questões centrais de política urbanística ou de habitação, o PS apoiou-se nos vereadores da Direita para manter o *status quo*.

Na Assembleia Municipal a nossa fiscalização ao executivo manteve-se. O Bloco esteve na linha da frente da crítica ao Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, ao projeto de remodelação da Praça do Martim Moniz ou à Torre da Portugália; questões da cultura, como a concessão a privados do Teatro Maria Matos; ou à expansão do Metro sempre desafiando o PS a recusar o projeto da linha circular após o projeto ter perdido o apoio na Assembleia da República.

O trabalho dos núcleos locais e das e dos autarcas de freguesia foi essencial para a afirmação do Bloco na cidade, onde também houve acordos com o Partido Socialista nas freguesias de Arroios e Penha de França.

O acordo entre o Bloco de Esquerda e PS para governação de Lisboa permitiu o início da regulação do Alojamento Local (AL) para defender o Direito à Habitação, abriu caminho à redução do preço dos passes também a nível nacional e viabilizou o reforço na Carris, com novos autocarros, mais elétricos e motoristas.

O Bloco lutou por um maior investimento da CML em habitação e conseguiu garantir um orçamento de 99 milhões de euros para os programas de renda acessível e para a habitação municipal. E não desistimos da crítica às parcerias público privadas que Medina criou para a habitação, e que o Tribunal de Contas viria a considerar graves, dando razão ao Bloco Lisboa.

O Bloco demonstrou a sua independência quando se opôs aos apoios à Web Summit, que ofereciam 7,7 milhões de euros de fundos da CML para a sua organização; quando votou contra a criação da Sociedade de Reabilitação Urbana ou ainda quando contestou a saída do vereador Manuel Salgado da Câmara para o Conselho de Administração da Empresa Municipal.

Até ao final do mandato, o Bloco deve bater-se pela implementação de todas as medidas que estão no acordo de governação.

O Bloco deve continuar a combater créditos de construção que foram de novo expostos com a Torre Portugália, da revisão do Plano Diretor Municipal para combater

a especulação imobiliária, do estudo da capacidade máxima dos hotéis ou do regulamento de proteção dos animais. Para além disso, o Bloco deve continuar a ser uma voz crítica da obra que não avançou: a prometida habitação, as creches e os centros de saúde não avançaram porque a Câmara Municipal não foi capaz de organizar o seu departamento de obras. A criação da SRU como empresa municipal de obras, a que o Bloco se opôs, não teve os resultados prometidos por Fernando Medina e agora é altura de voltar a esse debate.

As coisas mudaram muito nos pelouros que o Bloco assumiu. Na Educação fizeram-se mudanças importantes no apoio à aprendizagem, na alimentação e nas condições das escolas. Nos Direitos Sociais deram-se passos inovadores nas condições de acolhimento das pessoas em situação de sem abrigo, na criação da primeira sala de consumo vigiado do país e na resposta a várias áreas, como a comunidade LGBTQI+, migrantes, refugiados, doença mental, deficiência, saúde, pessoas idosas (ver resumo das medidas dos pelouros em anexo).

A crise sanitária e social criada pela Covid-19 criou um novo ciclo, que demonstrou a importância do Estado Social e da resposta pública. A Câmara Municipal de Lisboa envolveu-se nessa resposta às populações e no combate à disseminação da pandemia (ver resumo das medidas de emergência em anexo).

Nos próximos meses o Bloco irá defender que este apoio social da cidade se reforce, visto que a situação social irá piorar com o aumento do desemprego decorrente do fim do lay off simplificado, das moratórias aos pagamentos dos empréstimos à habitação e da proteção dos despejos. Nos próximos meses poderemos assistir a mais pobreza e mais pessoas em situação de sem abrigo na rua, pelo que o reforço da resposta social é essencial.

3) ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E MOBILIZAÇÃO EM CONTEXTO DE PANDEMIA

A candidatura de Marisa Matias à presidência da República é uma oportunidade para responder à crise e criar hegemonia das propostas da Esquerda.

Esta campanha será de resposta à crise social e económica. O descalabro social da pandemia foi enorme, com dezenas de milhares de empregos destruídos, centenas a cair na rua, precários a perder todo o seu rendimento de um dia para o outro.

Este será o momento para, com a candidatura presidencial da Marisa Matias, agregar setores progressistas diversos no combate contra as desigualdades, na resposta à crise social, no reforço do Estado Social, no combate às alterações climáticas e na afirmação de uma sociedade feminista, anti racista, com respeito pelas pessoas LGBTQI+ e migrantes e refugiados.

Construir esta campanha em tempo de pandemia será um desafio sem precedente. O Bloco Lisboa conseguiu ter uma estrutura de eleitas/os locais ativa e a trabalhar em rede, assim como vários grupos de militantes ativas/os e informadas/os, que serão essenciais para construir uma campanha de proximidade em tempos de pandemia.

No entanto, esta campanha é uma oportunidade que não pode ser ignorada. A capacidade de agregar da candidata e as suas ideias permitir-nos-á mobilizar centenas de pessoas na cidade de Lisboa. Estas pessoas devem ser recebidas e acompanhadas pela Concelhia. É uma oportunidade de crescer em força militante que a Concelhia tem de aproveitar para preparar o próximo ciclo político.

4) NAS AUTÁRQUICAS, A RESPONSABILIDADE DO BLOCO É A RESPOSTA À CRISE, O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O DIREITO À CIDADE

A responsabilidade imediata do Bloco é a resposta à crise sanitária e social, sem esquecer que a emergência climática irá criar problemas muito superiores e duradouros aos da pandemia. Acreditamos que a resposta a estas emergências passa pela garantia do Direito à Cidade a todas as pessoas que vivem e trabalham em Lisboa.

Não antecipamos as conclusões do debate da Convenção sobre política autárquica, mas o Bloco de Esquerda não poderá deixar de se apresentar a estas eleições com um programa autónomo e de prossecução de políticas progressistas para o panorama autárquico português, por forma a criar maiorias sociais de esquerda que respondam pela crise social e pela emergência climática.

Consideramos que, em paralelo com a construção da campanha da Marisa Matias, a Concelhia deve avançar para a criação de grupos de trabalho temáticos para a construção de um programa autárquico. Em diálogo aberto, com bloquistas e independentes, daremos os primeiros passos para encontrar as melhores soluções para a cidade, preparando a proposta própria e a candidatura do Bloco às próximas autárquicas

A crise pandémica está já a resultar numa crise de emprego, perda de rendimento e aprofundamento de disparidades sociais. Assim, é importante que o Bloco defenda medidas de apoio às famílias - desde os serviços sociais das juntas de freguesia, até políticas municipais estruturais, que protejam as famílias mais pobres e ajudem a criar condições para a recuperação económica no município. O Fundo de Emergência Social revelou-se essencial neste momento, mas insuficiente.

O isolamento e falta de acesso a cuidados da população sénior é crescente. A concelhia do Bloco de Esquerda de Lisboa deve apoiar propostas para minimizar as

consequências negativas do envelhecimento da população e o seu isolamento. Enquanto vivemos a maior pandemia da nossa vida, é ainda mais urgente toda a atenção à área da saúde.

O Bloco deve continuar a defender uma política cultural pública que sirva para criar alternativas à lógica mercantil, privilegiando a diversidade e não a massificação. Tal como quando defendemos a manutenção do Teatro Maria Matos na esfera pública, assim devemos agir na promoção da criação cultural diversificada.

Finalmente, uma política integrada de resposta à emergência climática é o alicerce central da nossa visão para a cidade. Precisamos de uma nova política de mobilidade, que use os transportes públicos e a mobilidade suave, para reduzir a dependência do automóvel e que corte a emissão de gases de efeito de estufa, de poluentes que prejudicam a saúde e que reduza a poluição sonora. Tal como no programa às legislativas, devemos defender Zonas de Zero Emissões, com ciclovias e zonas pedonais, e um investimento forte nos transportes públicos. Inverter a cidade desenhada para o automóvel é o grande desafio para a mobilidade urbana do futuro, o objetivo deve ser a mobilidade das pessoas e não dos automóveis.

Para além disso, não podemos esquecer a crise na habitação criada pela falta de habitação pública, pela Lei das Rendas da Direita e pela escolha do PS de deixar a questão da habitação nas mãos invisíveis do mercado, que escolheu não regular o Alojamento Local durante muito tempo. Para acabar com esse pesadelo liberal é necessário aumentar o stock de habitação pública para quem tem rendimentos reduzidos, mas também para as classes médias. Lutaremos por mais regulação do Alojamento Local e pelo combate à especulação imobiliária, visto que os preços proibitivos das casas estão a expulsar as pessoas da cidade e não há cidade sem pessoas.

Temos uma proposta de cidade oposta e alternativa à dos partidos do centrão. Queremos transformar a cidade respondendo aos grandes desafios da habitação, transportes, alterações climáticas. Sabemos que só o podemos fazer com a mobilização de todos/as que lutam por essa transformação na rua.

5) A CONCELHIA COMO MOTOR DA MILITÂNCIA EM LISBOA

A responsabilidade da concelhia é grande, não só porque tem um Vereador em funções executivas, uma equipa que dirige um trabalho importantíssimo na cidade, mas também porque Lisboa é o epicentro da tensão política no país. Somos a maior concelhia em militantes e temos por isso o dever de debater novas ideias que sirvam de inspiração para todo o país, de construir pontes na Área Metropolitana, no Parlamento e, principalmente, nos movimentos sociais.

A nossa representação nas diversas assembleias de freguesia tem demonstrado a nossa capacidade de intervenção e a importância deste trabalho de maior proximidade, bairro a bairro, em cada freguesia. Devemos reforçar os núcleos de freguesia e preparar iniciativas locais que deem voz à população, à nossa vizinhança.

O reforço da organização em Lisboa tem de ser feito de duas formas. Em primeiro lugar, precisamos de lançar uma campanha de recrutamento de militantes, já na campanha presidencial. Precisamos de chegar a escolas secundárias, ensino superior, universidades seniores, em articulação com o Grupo de Jovens. Mas também aos locais de trabalho, bairros, coletividades e associações. Precisamos de crescer como organização para termos mais conhecimento sobre a cidade e sobre suas as lutas diárias. Precisamos de crescer como organização para conseguir disputar a hegemonia nos espaços comuns da cidade, seja nos temas urbanísticos, seja nos sindicais. Quanto maior e mais sólida for a nossa organização, quanto mais trabalho de coordenação tenha a concelhia, porque é grande a sua base, melhor estará o Bloco.

Em segundo lugar, o Bloco precisa de reforçar a sua formação política interna. Sabemos que a transformação social se faz com militância e ativismo e que estamos mais bem preparados quando discutimos e aprendemos uns com os outros. Aprender com as experiências internacionais ou com as lutas locais, conhecer a história do movimento operário ou a batalha global de uma nova geração em defesa do ambiente permite-nos reinventar as nossas próprias lutas e criar novas ferramentas para as vencermos. Desde a luta antirracista, LGBTQI+ ou luta pelos direitos do trabalho, são inúmeros os temas e as visões que precisamos de conhecer e dar a conhecer. Não basta juntar mais gente, é preciso que todas sejam veículos de transformação política e social por onde passam. Para isso, temos de nos munir das ferramentas digitais que temos ao nosso dispor e adaptar a formação à realidade pandémica. A formação online, com o auxílio do vídeo, das reuniões online, do streaming, será um instrumento essencial para os próximos anos e esta é uma vantagem. Nas plataformas digitais, podemos chegar a mais gente, podemos construir hegemonia do pensamento de esquerda junto de franjas da população onde até hoje dificilmente chegámos.

É preciso fazer a diferença.

LISTA DE CANDIDATAS E CANDIDATOS

Efetivas/os:

1. Ricardo Moreira 4622
2. Isabel Pires 6734
3. Beatriz Dias 4621
4. Vasco Barata 10218
5. Leonor Rosas 13980
6. Isabel Ventura 7705
7. Nuno Veludo 12574
8. Helena Figueiredo 3736
9. Tomás Marques 12362
10. Fábio Salgado 4510
11. Catarina Rodrigues 14946
12. Ana Júlia Filipe 9902
13. Joana Grilo 5360

Suplentes:

14. João David Almeida 12534
15. Joana Teixeira 14204
16. Timóteo Macedo 1104
17. Beatriz Pedroso 14261
18. João Gomes 11341
19. Beatriz Farelo 12474
20. Carlos Solposto 302
21. Sara Goulart 9586
22. Maria Luísa Cabral 9516
23. Mário Bonito 634
24. Rui Seixas 12402
25. Ana Paula Trindade 13118
26. Tiago Ivo Cruz 5224
27. Daniel Baptista 9791
28. Catarina Oliveira 6764
29. João Mineiro 6566

Mandatário: Manuel Grilo

Lista à coordenadora concelhia de Lisboa para o biénio 2020/2022

Anexo 1: resumo das ações do Bloco nos seus pelouros

Direitos Sociais

- Abertura de Primeiro Programa de Consumo assistido em Portugal passados 20 anos da sua criação em lei;
- 1º Fórum de Saúde Mental de Lisboa com lançamento de construção do 1º programa de saúde mental de Lisboa;
- Projeto Radar com 30 000 idosos em situação de isolamento identificados em trabalho conjunto com SCML, ARS, PSP, Segurança Social e Juntas de Freguesia;
- Acolhimento de refugiados no âmbito do programa europeu;
- Reforço da Redemprega para encontrar emprego apoiado para públicos vulneráveis;
- Bolsa de habitação para vítimas de violência alargada e aberta a pessoas trans;
- Conclusão de 1º Plano Municipal de Saúde (Plano estava em construção desde 2009);
- 1º Plano LGBTQI+ municipal no país, com a participação dos ativistas LGBTQI+;
- 1º Plano Municipal de Igualdade;
- 1º Plano Municipal para as PSSA com o maior investimento de sempre e aposta na metodologia Housing First (cerca de 15 milhões planeado para execução até 2023);
- Primeiras campanhas municipais na área do VIH;
- Criação do primeiro Drug checking permanente no país;

Educação

- Criação da Equipa de Projeto para as refeições escolares saudáveis e aprovação do 1º Plano Municipal para as refeições escolares saudáveis;
- Eliminação do catering em embalagens de plástico nas refeições escolares, produção local diária de todas as refeições escolares e abertura das cantinas aos encarregados de educação;
- Gratuidade das refeições dos alunos das famílias carenciadas em todos os ciclos de ensino;
- Criação de um banco de manuais escolares para alunos do ensino superior;
- Colocação de mais de 100 assistentes técnicos e assistentes operacionais nas escolas, criação de um mecanismo de substituições de pessoal não docente em caso de doença;
- Gratuidade dos manuais escolares e das fichas escolares;
- Reequipamento informático e mobiliário das escolas do pré-escolar e 1º ciclo;
- Relatório independente do LNEC sobre o estado de conservação dos Jardins de Infância e 1º Ciclo;
- Relatório independente do LNEC sobre o estado de conservação das escolas de 2º e 3º ciclo e Secundário no âmbito da descentralização
- Desenvolvimento de Medidas de Autoproteção para todas as escolas;
- Requalificação total de escolas do pré-escolar e 1º ciclo;
- Investimento de 10 milhões de euros das escolas do pré-escolar e 1º ciclo

Anexo 2: resumo das iniciativas da Vereação da Educação e Direitos Sociais no combate à crise criada pela Covid-19:

Idosos

- Realização de visitas conjuntas para apoio à implementação de planos de contingência, testagem de utentes e funcionários e entrega de equipamentos de proteção civil, em conjunto e articulação com o Gabinete do PCML e do Vereador Carlos Castro (104 visitas, 41 a instituições da Rede Solidária, 52 da Rede Lucrativa e 12 lares “irregulares”). Relativamente aos lares irregulares foram visitados todos aqueles que foi possível sinalizar.
- Por via do Projeto Radar, e articulado com as Juntas de Freguesia e SCML, acompanhamento social aos 30 000 idosos identificados pelo projeto radar
- Reforço do serviço de teleassistência da CML
- Distribuição de refeições produzidas nas escolas

IPSS

- Reforço do Fundo de Emergência Social de apoio às IPSS no valor de 2,5 Milhões de euros;
- Pagamento da 1ª tranche das IPSS das equipas de rua que fazem trabalho na área das pessoas em situação de sem abrigo e na área das dependências no valor de 737 480,86 €;
- Aceleração de apoio às IPSS através do RAAML Direitos Sociais com a disponibilização da 1ª tranche no valor de cerca de 500 000 euros a 25 entidades da Rede Social de Lisboa;

Saúde

- Criação de uma linha de apoio psicossocial, constituída por psicólogos para seguimento psicológico e ligação às respostas comunitárias e das Juntas de Freguesia;
- Entrega de medicamentos oncológicos ao domicílio em parceria com o IPO;
- Constituição de um grupo de trabalho com a Escola Nacional de Saúde Pública, ARS e Associações da área dedicado à planificação e execução de uma estratégia para a prevenção da COVID-19 em públicos vulneráveis;

Pessoas em Situação de Sem Abrigo

- Abertura de quatro equipamentos de acolhimento de emergência para pessoas em situação de sem abrigo com a seguinte capacidade de resposta: Pavilhão do Casal Vistoso para 95 pessoas (homens, mulheres e casais; Pousada da Juventude do Parque das Nações para 55 pessoas; Clube Nacional de Natação para 48 homens; Casa do Lago para 18 mulheres;
- Criação de horários de apoio à empregabilidade em cada centro através do programa Redemprega Lisboa;
- Todas as respostas têm, além de alimentação, rastreio, dormida, acesso a cuidados de higiene, respostas de saúde (unidade móvel de consumo assistido, rastreios de tuberculose, VIH e hepatites virais, apoio aos consumos de álcool e seguimento na área da saúde mental através de equipas do SNS) e programas de atividades: realização de assembleias, atividades de expressão artística e física, visionamento de filmes, envolvimento das pessoas nas atividades de rotina dos centros e na limpeza do espaço exterior;
- Contratação de 50 técnicos de apoio social ao ISCTE para apoio qualificado aos centros de emergência;

- Primeira fase de Housing First (100 pessoas) em execução. A segunda fase de Housing First (200 pessoas) está já aprovada e pronta a executar.

Rede Solidária

- Criação da Rede Solidária de Lisboa para apoiar as Juntas de Freguesia em pequenas tarefas como entrega de refeições ou entrega de Medicamentos ou para apoio nos centros de acolhimento de emergência de pessoas em situação de sem abrigo. Cerca de 1600 pessoas foram encaminhadas para Centros de Acolhimento de Emergência, Juntas de Freguesia e Instituições da Cidade;

Alimentação

- Distribuição de 15 000 refeições diárias (pequeno almoço; almoço; lanche; jantar) a pessoas em situação de sem abrigo, tanto nos centros de acolhimento como para as pessoas que estão em rua, pessoas com carência económica através de articulação das Juntas de Freguesia, pessoas com estatuto de refugiadas ao abrigo do programa municipal e pessoas idosas isoladas;
- Manutenção do apoio alimentar gratuito a todas as crianças dos escalões A e B do 1º Ciclo do Ensino Básico em formato take-away.

Violência Doméstica

- Lançamento da primeira campanha de denúncia da Violência doméstica em tempos de COVID em Portugal, campanha esta que alertava para o facto de que violência doméstica é sempre crime e apelando à denúncia deste crime;
- Linha de apoio e atendimento presencial a vítimas de violência doméstica

Pobreza e Desemprego

- Através da Redempregação, entre fevereiro e abril, foram acompanhadas 157 pessoas, das quais 26 conseguiram emprego. Este programa apoia a empregabilidade dos públicos mais vulneráveis e é articulado com o IEFP.
- FES Famílias reforçado em 2,5 milhões de euros

Refugiados

- Implementação de um plano de contingência no Centro de Acolhimento temporário de refugiados com informação de saúde em várias línguas:
- Reforço do apoio a cada uma das 70 pessoas atualmente no nosso programa de acolhimento, com informação traduzida para os seus idiomas sobre as medidas que iríamos adotar, com distribuição de termómetros para controlo da temperatura e com reforço de alimentação através da distribuição de refeições diárias
- Em conjunto com a proteção civil, iniciamos o processo de articulação entre o Centro Hospitalar Lisboa Central para que todos os casos de covid positivo sem condições de retorno a casa pudessem ter um outro local para isolamento
- Articulação regular com a ARSLVT para aferir necessidades de apoio e ter pontos de situação quanto aos casos de infeção.

Entrega de computadores

- Distribuição de 3319 computadores e routers para crianças dos escalões A e B dos 3º e 4º anos do 1º ciclo de ensino.